



**INSTITUTO DE HUMANIDADES**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**JOSÉ RONIELSON DOS SANTOS LIMA**

**A ALDEIA PERDIDA EM MEIO À FLORESTA DE PEDRA:  
O PROCESSO DE ETNOGÊNESE DO POVO ANACÉ, APÓS O SEU  
SILENCIAMENTO HISTÓRICO.**

**ACARAPE**

**2025**

**JOSÉ RONIELSON DOS SANTOS LIMA**

**A ALDEIA PERDIDA EM MEIO À FLORESTA DE PEDRA:  
O PROCESSO DE ETNOGÊNESE DO POVO ANACÉ, APÓS O SEU  
SILENCIAMENTO HISTÓRICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joceny de Deus Pinheiro.

**ACARAPE**

**2025**

“Os Anacé renasceram foi como um estrondo do mar, quem mandou foi pai Tupã, ele se manifestar, só ele é o verdadeiro e que os índios tem fé. Já estão todos reunidos na aldeia com o cacique Anacé e o pai Tupã, derrama graças Tupã, para os índios se fortificarem, pois a corrente está feita e Tupã não deixa quebrar, afasta todos os males e defende do perigo com a força de Deus Tupã, vamos vencer os inimigos”.

Cacique Antônio (2022)

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
<b>4</b>	<b>PROBLEMÁTICA</b>	<b>9</b>
<b>5</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>17</b>
6.1	PESQUISA DE CAMPO	17
6.2	SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE	18
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>19</b>

# **O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO POVO ANACÉ, COM BASE NOS RELATOS E VIVÊNCIAS DO POVO INDÍGENA DA GRANDE ALDEIA JAPUARA, EM CAUCAIA - CEARÁ.**

## **RESUMO**

Este projeto analisa o processo de reorganização sociopolítica e identitária do povo indígena Anacé, com foco na Aldeia Japuará, localizada em Caucaia-CE. A pesquisa tem como objetivo principal compreender os caminhos da etnogênese Anacé nas últimas décadas, especialmente após o ano 2000, quando se intensifica o reconhecimento institucional de seus territórios e formas organizativas. A investigação articula narrativas orais de troncos velhos e lideranças locais com fontes documentais e arcabouço teórico sobre identidade, memória e resistência indígena. A fundamentação teórica mobiliza autores como João Pacheco de Oliveira, Miguel Bartolomé, Henyo Trindade e Jean Carlos Moreno, abordando a etnogênese como processo ativo de construção simbólica e política. O trabalho também incorpora princípios das epistemologias do Sul, ao valorizar a oralidade e os saberes ancestrais como formas legítimas de produção de conhecimento. Adota-se uma abordagem qualitativa, com pesquisa de campo nas aldeias Japuará, Santa Rosa e Taba dos Anacé, entrevistas com anciãos e estudo de arquivos institucionais. A análise busca identificar os fatores históricos e culturais que sustentam a identidade coletiva Anacé e suas formas de resistência diante do apagamento histórico, da pressão fundiária e da negação institucional. A pesquisa contribui para o reconhecimento acadêmico e social do povo Anacé, oferecendo um registro construído desde suas próprias vozes e trajetórias, e reafirma o direito à memória e à presença indígena no território cearense.

**Palavras-chave:** Etnogênese; povo Anacé; memória; resistência indígena; oralidade.

# 1 INTRODUÇÃO

No final do período colonial (1863), o Ceará foi o primeiro estado do Brasil a negar oficialmente e mesmo decretar a extinção dos povos indígenas. Em 1863, o então Presidente da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo, declara perante a Assembleia Legislativa do Estado, que as populações indígenas do Ceará estavam extintas. Esse decreto foi uma forma de oficializar a expropriação das terras dos indígenas, à custa inclusive de suas vidas, que para se protegerem tiveram que permanecer em silêncio sobre suas etnicidades por mais de um século. A luta indígena no Ceará foi retomada e fortalecida a partir da década de 1970, encerrando um longo período de silenciamento étnico e reforçando a mobilização desses povos por direitos e pela demarcação de seus territórios.

Hoje, com tal afirmação amplamente desacreditada, ela revela-se historicamente insustentável diante da presença de ao menos 16 povos indígenas reconhecidos em mais de 20 municípios cearenses. Entre esses povos está o povo **Anacé**, foco central desta pesquisa.

O presente trabalho pretende compreender o processo de reorganização sociopolítica e cultural do povo Anacé, com ênfase na Grande Aldeia Japuaara, situada na zona rural de Caucaia-CE. Distante cerca de 30 quilômetros da capital Fortaleza, esse território reúne uma rica diversidade ambiental como serras, dunas, rios e lagoas, e se configura como palco de resistência e reconstrução identitária. Seguindo a perspectiva de João Pacheco de Oliveira (2004), “os povos indígenas do Nordeste não são vestígios do passado, mas sujeitos históricos ativos, cujas práticas de reorganização cultural desafiam os discursos oficiais de apagamento”. Esse estudo se debruça especialmente sobre a terceira fase do processo de reorganização dos Anacé, iniciada nos anos 2000, a partir do fortalecimento das aldeias JAPUARA e SANTA ROSA.

A reconfiguração identitária vivenciada pelos Anacé insere-se no que se define como **etnogênese**, conceito desenvolvido por Miguel Bartolomé (2006) como “um processo dinâmico de reconstrução identitária em contextos de exclusão, memória e resistência”. Henry Barretto Filho (1994) também reforça que a etnogênese é uma “luta simbólica e social, articulada por meio da memória, do território e da mobilização

política”. Esse processo não representa um retorno a uma essência original, mas sim uma adaptação criativa frente às forças coloniais e estatais.

Ao buscar compreender essa trajetória, a pesquisa parte do encontro entre as narrativas orais dos anciãos, chamados de troncos velhos e guardiões da memória, como discutido por Maurice Halbwachs (1990) e das narrativas históricas oficiais, estabelecendo um diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Fernando Catroga (2015) propõe que “a historiografia, embora pretenda cientificidade, também se edifica sobre silêncios e recalcamientos, sendo uma prática de recordação disciplinar”.

Assim, o objetivo não é apenas o de preencher lacunas na historiografia tradicional ou corrigir distorções presentes na literatura sobre os povos do Ceará, mas de afirmar a existência, resistência e legitimidade do povo Anacé através de suas próprias vozes, práticas culturais e experiências de luta. Como defende Gersem Baniwa (2012), “é fundamental reconhecer epistemologias indígenas próprias, baseadas na oralidade, na ancestralidade e no pertencimento ao território”. Trata-se de um esforço não apenas acadêmico, mas político e ético: dar visibilidade a um povo cuja história foi silenciada, mas cuja memória “segue viva no corpo, na fala e no sonho” como afirma Daniel Munduruku (2000, p 8).

## 2 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa emerge do compromisso ético de uma história silenciada: a trajetória de resistência do povo Anacé, que, desde os anos 2000, vem reconstruindo sua identidade por meio das aldeias Japuara e Santa Rosa, onde inicia-se um novo ciclo de afirmação territorial e identitária que resgata saberes, tradições e narrativas apagadas por séculos de silenciamento e negação. Como aponta Beatriz Sarlo (2007), a memória é sempre uma disputa, e “sua marginalização pela história oficial revela os mecanismos de poder que definem o que deve ser lembrado ou esquecido”.

Constata-se uma escassez de produções acadêmicas que representem com fidelidade a história dos Anacés. Muitas vezes, os relatos disponíveis são baseados em estudos de outros povos indígenas do Ceará, o que resulta em generalizações e distorções que não refletem a realidade dos Anacé. Nesse contexto, esta pesquisa propõe-se a romper com esse ciclo de apagamento, oferecendo um registro fiel, construído a partir das falas, memórias e experiências daqueles que vivenciaram os processos de luta e reorganização: os TRONCOS VELHOS, que são os anciãos da aldeia. E também lideranças e membros das aldeias que, independentemente da idade, atuam como GUARDIÕES DA MEMÓRIA, conforme conceito definido e discutido por Renata Sieiro Fernandes (2005) e Lidiane Alves Nascimento (2011), que destacam o papel dos anciãos na preservação da tradição e da identidade coletiva.

Ao adotar como fonte central as narrativas orais dessas lideranças e anciãos, pretende-se não apenas documentar a história Anacé, mas também valorizar uma epistemologia indígena própria, fundamentada na oralidade, na ancestralidade e no pertencimento ao território. Gersem Baniwa (2012) defende que “a oralidade é uma forma legítima de produção de conhecimento”, e que “os saberes indígenas devem ser reconhecidos como parte de uma ecologia de saberes”, como propõe Boaventura de Sousa Santos (2010).

Além de seu valor acadêmico, este trabalho tem um compromisso social com o presente e o futuro do povo Anacé. Ao registrar suas lutas e modos de vida, contribui para o fortalecimento de suas demandas por reconhecimento, políticas públicas e efetivação de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Como argumentam Luciana

Andrade e Sebastião Stuart Filho (2013), “o reconhecimento étnico é um processo político e simbólico, marcado por embates e negociações com o Estado”.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa comprometida com a memória, a justiça e a dignidade de um povo que, apesar de historicamente silenciado, jamais deixou de existir, resistir e reivindicar seu lugar.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar o processo de reorganização sociopolítica e identitária do povo indígena Anacé da Aldeia Japuará, em Caucaia-CE, destacando os principais eventos e estratégias que marcaram sua trajetória de resistência ao longo dos últimos 25 anos.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Investigar o processo de etnogênese do povo Anacé, a partir das narrativas orais dos troncos velhos e lideranças da comunidade.
- Descrever sobre o processo de luta pelos direitos territoriais e reconhecimento étnico frente aos poderes institucionais.
- Articular as memórias coletivas com documentos históricos guardados por eles, promovendo um diálogo entre tradição oral e registros oficiais.

## 4 PROBLEMÁTICA

Durante o período colonial (1863), a negação da existência dos povos indígenas no Ceará foi consolidada por meio de decretos oficiais e discursos que insistiam na suposta extinção dessas populações. Essa narrativa, historicamente sustentada, teve como consequência o silenciamento das tradições, memórias e identidades de diversos povos originários da região, entre eles o povo Anacé. Contudo, nos dias atuais, essa visão tem sido amplamente contestada diante da presença de ao menos 16 etnias indígenas reconhecidas oficialmente em 20 municípios do estado do Ceará.

O povo Anacé, historicamente localizado na região metropolitana de Fortaleza, representa um caso emblemático desse processo de invisibilização e resistência. Vivendo em um território marcado por disputas com o agronegócio, a especulação imobiliária e o turismo de massa, os Anacé enfrentam desafios persistentes para reafirmar sua identidade e garantir seus direitos territoriais e culturais.

A pesquisa propõe investigar como o processo de etnogênese dos Anacé se articula entre os registros históricos e as narrativas orais dos troncos velhos, revelando uma reconstrução identitária que desafia os limites impostos pela historiografia oficial e pelas estruturas institucionais.

Além disso, busca-se problematizar o papel das políticas públicas e dos marcos legais no reconhecimento da identidade indígena e na efetivação de seus direitos. O estudo examina como os processos de reterritorialização, a organização política por meio do cacicado e das lideranças locais, e o fortalecimento das tradições culturais atuam como estratégias de resistência diante do silenciamento histórico.

Dessa forma, a problemática central do trabalho reside em refletir: **como o povo Anacé da Aldeia Japuaara vem reconstruindo sua identidade e reorganizando sua vida coletiva após séculos de apagamento, enfrentando os obstáculos impostos pela sociedade envolvente e pelas estruturas de poder institucional?**

## 5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa ancora-se em um corpo teórico interdisciplinar que visa iluminar os caminhos da etnogênese, da identidade coletiva indígena e da memória como instrumento de resistência. Ao articular diferentes perspectivas antropológicas, históricas e epistemológicas, busca-se compreender os processos pelos quais o povo Anacé vem se reorganizando sociopoliticamente e reconstruindo sua identidade étnica.

A luta do povo Anacé pela recuperação de seus territórios ultrapassa os limites da ação jurídica e política, revelando-se também como um processo formativo ancestral. Nóbrega e Barbosa (2022) defendem que as retomadas se configuram como espaços potentes de aprendizagem partilhada e de reconfiguração coletiva. As autoras destacam que “saberes enterrados e soterrados pelo peso da opressão colonial [...] podem, enfim, emergir” (NÓBREGA; BARBOSA, 2022, p. 262), tornando o território lugar de formação, espiritualidade e resistência.

A pedagogia das retomadas não se constrói apenas no enfrentamento jurídico e político, mas na reconexão afetiva e espiritual com os modos de ser originários (NÓBREGA; BARBOSA, 2022, p. 255).

Esse processo de territorialização também dialoga com o conceito de intermedicalidade, abordado por Andrade e Sousa (2016) como uma “zona de contato entre diferentes sistemas terapêuticos distintos: o indígena, o biomédico e o religioso”, onde os sujeitos constroem itinerários terapêuticos conforme suas visões de mundo e experiências comunitárias. No estudo com os Pitaguary, os autores observam que “a medicina indígena soluciona certas enfermidades de modo diferente da medicina convencional, atuando com outra forma de racionalidade” (ANDRADE; SOUSA, 2016, p. 182). No contexto da Grande Aldeia Japuará, a saúde não se limita aos parâmetros biomédicos instituídos pelo Estado, mas se constrói a partir de uma ecologia de saberes que articula espiritualidade, território e memória ancestral.

Entre os Anacé, esse processo é profundamente marcado pela atuação dos troncos velhos, que são guardiões da memória e dos saberes de cura, que mobilizam rezas, ervas, cantos e rituais como práticas vivas de cuidado. A medicina tradicional indígena, longe de ser um resquício do passado, revela-se como uma racionalidade própria, que compreende o corpo como parte do território e a cura como reencontro com os encantados *“EU TENHO UM SEGREDO QUE SÓ PERTENCE A DEUS E A NÓS TRÊS!”* Cacique Antônio

e com Tupã. Como afirmam Nóbrega e Barbosa (2022), “a pedagogia das retomadas não se limita ao enfrentamento jurídico, mas se enraíza na reconexão afetiva e espiritual com os modos de ser originários”.

A intermedicalidade, nesse sentido, não representa uma simples coexistência de saberes, mas uma prática de resistência frente à colonialidade do saber. Ao reconhecer os saberes dos troncos velhos como legítimos e fundamentais, este trabalho reafirma a centralidade da oralidade e da ancestralidade na produção de saúde e bem-estar, propondo uma ruptura com a lógica hegemônica da medicina ocidental e valorizando os modos próprios de cura do povo Anacé.

A partir das reflexões de Antônio Bispo dos Santos em *a terra dá, a terra quer* (2023), é possível ampliar o olhar sobre os processos de etnogênese e intermedicalidade, compreendendo-os como expressões de resistência frente à “cosmofobia” que é o medo e a negação dos modos de vida que não se alinham à racionalidade ocidental. Nego Bispo propõe o conceito de contracolonialismo como uma alternativa epistemológica que valoriza os saberes ancestrais, a oralidade, a espiritualidade e a relação orgânica com o território.

Esses elementos dialogam diretamente com os saberes dos troncos velhos do povo Anacé, que articulam práticas de cura, memória e identidade a partir de uma racionalidade própria, enraizada na terra e nos encantados. Ao reconhecer os modos de vida quilombolas como formas legítimas de conhecimento e resistência, este trabalho reafirma a importância de uma ecologia de saberes que desafia a hegemonia colonial e propõe caminhos plurais para a construção da saúde, da identidade e da autonomia dos povos originários.

O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. [...] Trouxemos a palavra contracolonialismo para enfraquecer o colonialismo. Já que o referencial de um extremo é o outro, tomamos o próprio colonialismo. Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio (SANTOS, 2023).

Complementando essa abordagem, fontes históricas como o trabalho de Carlos Pereira Studart (1926) evidenciam a presença de diversos povos indígenas no Ceará desde o período colonial. Apesar da perspectiva etnocêntrica do autor, seu levantamento

*“EU TENHO UM SEGREDO QUE SÓ PERTENCE A DEUS E A NÓS TRÊS!”* Cacique Antônio

comprova a pluralidade étnica da região, permitindo resgatar narrativas apagadas pelo discurso estatal. Segundo ele, “o território do atual Estado do Ceará era, ao tempo da colonização do Brasil, habitado por grande número de ‘tribus’ indígenas” (STUDART, 1926, p. 39).

Segundo Miguel Alberto Bartolomé (2006), a etnogênese é um processo sociocultural e político no qual grupos historicamente marginalizados (re)constróem formas de identificação coletiva a partir de condições específicas de exclusão, memória e resistência. Para ele, não se trata de um retorno a uma “essência original”, mas de uma adaptação criativa e ativa frente às forças coloniais, estatais e econômicas. O autor também destaca que a etnogênese foge de leituras unívocas e exige análise contextualizada dos atores envolvidos e das estratégias mobilizadas.

A etnogênese, entendida como construção ou reconstrução identitária, constitui tema sumamente complexo e não se presta a uma interpretação unívoca (BARTOLOMÉ, 2006, p. 54).

Nesse mesmo sentido, João Pacheco de Oliveira (1998, 2004) oferece uma contribuição fundamental para compreender os povos indígenas nordestinos, muitas vezes considerados “remanescentes” ou “misturados”, como sujeitos históricos ativos. O autor ressalta a importância de reconhecer as práticas de resistência e reorganização cultural desses povos em contextos de invisibilização estatal.

Mesmo nessas poucas e pontuais intervenções, o órgão indigenista tinha de justificar para si mesmo e para os poderes estaduais que o objeto de sua atuação era efetivamente composto por ‘índios’, e não por meros ‘remanescentes’ (OLIVEIRA, 1998, p. 52).

No contexto do Ceará, o trabalho de Henyo Trindade Barretto Filho (1994) sobre os Tapeba de Caucaia mostra como a etnogênese pode ser entendida como uma luta simbólica e social. O autor descreve o processo de reorganização identitária desse povo como uma articulação entre memória, território, religiosidade e mobilização política. O caso Tapeba dialoga diretamente com os Anacé, tanto por sua proximidade geográfica quanto por sua experiência de reemergência étnica:

A etnogênese, tal como observada entre os Tapebas de Caucaia, não se apresenta como um simples retorno a uma identidade ancestral, mas como um processo social e simbólico, no qual a coletividade se reconhece e é

*“EU TENHO UM SEGREDO QUE SÓ PERTENCE A DEUS E A NÓS TRÊS!” Cacique Antônio*

reconhecida a partir de práticas políticas, disputas territoriais e reelaborações culturais. Trata-se de uma luta pela imposição de critérios legítimos de reconhecimento coletivo, em que a identidade é construída na relação com o outro e com o Estado, sendo constantemente negociada e atualizada (BARRETTO FILHO, 1994, p. 12).

Jean Carlos Moreno (2014), por sua vez, propõe a leitura da identidade como um constructo discursivo e relacional, expressando-se por meio de diversas linguagens da escrita à oralidade, dos gestos às imagens. Sua abordagem é relevante para compreender como os Anacé narram sua história e mobilizam afetos e símbolos para afirmar sua continuidade histórica.

A identidade é uma categoria social discursivamente construída, expressa e percebida por diferentes linguagens: escritas, corporais, gestuais, imagéticas, midiáticas (MORENO, 2014, p. 9).

Para aprofundar esse olhar desde dentro, é fundamental incorporar o pensamento de intelectuais indígenas. Ailton Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), denuncia a separação moderna entre humanidade e natureza, reafirmando que os povos originários sustentam outro paradigma de existência:

Fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. [...] A ideia de nós, humanos, nos descolarmos da Terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda (KRENAK, 2019, p. 16–22).

Ao afirmar a centralidade da oralidade, do território e da espiritualidade, os Anacé encarnam uma ontologia que rompe com a separação moderna entre natureza e cultura, corpo e terra, memória e resistência.

Nessa mesma direção, Gersem Baniwa (2017) oferece um marco teórico afiado para o campo da educação e das epistemologias interculturais. Ele propõe uma ruptura com a colonialidade do saber e conclama o reconhecimento de outros modos legítimos de produzir conhecimento:

A educação intercultural só será possível quando reconhecermos que há outras formas legítimas de produzir conhecimento, formas que não se baseiam na separação entre sujeito e natureza, entre razão e espiritualidade (BANIWA, 2017).

Ao estruturar sua metodologia em escuta, pertencimento e coautoria com os Anacé, este trabalho realiza, na prática, os princípios defendidos por Baniwa. Além disso, Daniel Munduruku, em *O Karaíba: uma história do pré-Brasil* (2000), afirma com poesia e força a resistência dos povos indígenas à destruição da memória. Sua escrita pode ser lida como um manifesto contra o epistemicídio:

O monstro virá e destruirá nossa memória e nossos caminhos. Tudo será revirado: as águas, a terra, os lugares sagrados. Tudo. [...], mas nós resistiremos, porque nossa memória não está escrita em papel. Ela está viva no corpo, na fala, no sonho (MUNDURUKU, 2000, p. 8).

Essa perspectiva fortalece ainda mais a valorização das narrativas dos troncos velhos como sustentáculo da identidade Anacé, não como arquivos do passado, mas como práticas vivas de futuro.

A pesquisa também dialoga com os pressupostos das epistemologias do Sul, especialmente as ideias de Boaventura de Sousa Santos (2010), que defendem o reconhecimento dos saberes ancestrais, orais e não-hegemônicos como formas legítimas de produção de conhecimento:

As epistemologias do Sul partem do reconhecimento de que há saberes que foram sistematicamente desqualificados pelas lógicas coloniais e capitalistas de conhecimento. Esses saberes, enraizados na experiência, na oralidade, na ancestralidade e na resistência, não são inferiores, mas diferentes. O que está em jogo é a possibilidade de uma ecologia de saberes, onde diferentes formas de conhecimento possam dialogar em pé de igualdade, sem que uma se imponha como única forma válida de verdade (SANTOS, 2010, p. 25).

Autores como Fredrik Barth (referenciado por Villar, 2004) ajudam a compreender os grupos étnicos não como entidades homogêneas, mas como categorias de interação que se constroem no contato, na negociação e na delimitação de fronteiras identitárias. Além disso, é necessário refletir sobre o papel da historiografia na construção das narrativas sobre os povos indígenas. A trajetória de resistência do povo Anacé, reconstruída a partir das narrativas dos troncos velhos, desafia os limites tradicionais entre história e memória. Ao valorizar a oralidade e os saberes ancestrais como fontes legítimas de conhecimento, este trabalho propõe uma ecologia de saberes em que memória e historiografia se entrelaçam na construção de narrativas plurais.

Nesse sentido, é possível aproximar esta pesquisa das reflexões de Fernando Catroga, que propõe compreender a historiografia como uma prática de recordação disciplinar. Para o autor, mesmo a historiografia, ao pretender falar em nome da razão, não está isenta dos afetos e silêncios que permeiam a memória:

Também a historiografia que nasceu sob o signo da memória, apesar de querer falar em nome da razão, se edifica, voluntariamente ou involuntariamente, sobre silêncios e recalcamientos, como a história da história tem sobejamente demonstrado. [...] A escrita da história como um rito acadêmico de recordação (CATROGA, 2015, p. 56 - 68).

Essa perspectiva fortalece o reconhecimento das narrativas dos troncos velhos como práticas vivas de futuro, e não apenas como arquivos do passado. Ao escutar essas vozes, este trabalho se insere em uma historiografia comprometida com a justiça, que reconhece que “quem recorda o quê, e por quê?” é uma pergunta essencial para qualquer projeto de reconstrução histórica (CATROGA, 2015, p. 76).

Ao lado das contribuições de autores indígenas e não indígenas, é importante considerar também os processos políticos de reconhecimento institucional e seus dilemas. Luciana Nóbrega de Andrade e Sebastião R. C. Stuart Filho (2013), ao refletirem sobre os desafios enfrentados por comunidades indígenas e quilombolas na luta por reconhecimento e territorialização, afirmam:

O reconhecimento das identidades étnicas por parte do Estado brasileiro segue um caminho repleto de tensões, embates e negociações, no qual os sujeitos indígenas e quilombolas reinventam estratégias de legitimação, muitas vezes não previstas pelos aparatos legais existentes. A identidade deixa de ser apenas uma categoria cultural para se tornar uma ferramenta política de conquista de direitos e visibilidade (ANDRADE; STUART FILHO, 2013, p. 108).

Essa citação é estratégica para pensar o caso do povo Anacé à luz dos limites e das possibilidades dos marcos institucionais brasileiros. Como argumenta o próprio trabalho, o processo de etnogênese não se limita à recuperação da memória, mas se manifesta também como um enfrentamento ativo aos dispositivos normativos que definem quem é ou pode ser reconhecido como “indígena” no país. Os Anacé, ao reconstruírem sua identidade, não apenas reagem ao apagamento histórico, mas intervêm de forma crítica na arena pública e jurídica, reivindicando formas próprias de pertencimento e existência.

*“EU TENHO UM SEGREDO QUE SÓ PERTENCE A DEUS E A NÓS TRÊS!”* Cacique Antônio

A ancestralidade Anacé se expressa também na oralidade e espiritualidade presentes no toré, nos rituais e nos cantos que invocam a força de Tupã. Como canta o toré Anacé: “Os Anacé renasceram foi como um estrondo do mar / que mandou foi pai Tupã, ele se manifestar”, expressão poética que sintetiza a dimensão cósmica da resistência. Dessa forma, a pedagogia das retomadas se alicerça em saberes e práticas territoriais e na cura das feridas coloniais por meio do reencontro com os encantados e a terra.

A construção da memória coletiva dos povos indígenas, especialmente no contexto da reafirmação étnica, exige uma abordagem que ultrapasse os limites da historiografia tradicional. Como aponta Fernando Catroga, a memória é um campo de disputas simbólicas, onde o passado é constantemente reinterpretado pelas necessidades do presente. A perspectiva fragmentária da história, como propõe Walter Benjamin (1985), permite compreender o passado indígena não como uma sequência linear de eventos, mas como um conjunto de ruínas e fragmentos que relampejam no presente. Edviges Ioris (2011), ao analisar o processo de reafirmação étnica no baixo Tapajós, mostra que as narrativas indígenas atualizam o passado por meio da memória oral, desafiando a historiografia oficial que declarou extintos diversos povos.

Benjamin, ao descrever o Angelus Novus, apresenta o anjo da história como aquele que deseja “acordar os mortos e juntar os fragmentos”, mas é arrastado pela tempestade do progresso. Essa imagem é retomada por Ioris para pensar as narrativas indígenas como resistência à linearidade histórica imposta pelo colonialismo. A autora mostra que os indígenas do baixo Tapajós, ao reconstruírem suas identidades, desafiam a lógica do desaparecimento e reafirmam continuidades históricas por meio de práticas culturais, nomes ancestrais e relatos transmitidos oralmente.

A metáfora do relâmpago, presente nas teses de Benjamin, é central para compreender como o passado indígena fulgura no presente como necessidade. Como afirma Kátia Muricy (2009), a história indígena emerge como construção de sentido que se entrecruza com as urgências do agora, rompendo com a narrativa dos vencedores e reacendendo a diferença. Essa imagem poética dialoga com o toré Anacé, que afirma: “Os Anacé renasceram foi como um estrondo do mar, um relâmpago que ninguém esperava”. A frase expressa não apenas o impacto da retomada identitária, mas também a ruptura

com o tempo homogêneo da história oficial. A emergência da memória indígena é, portanto, um gesto político e epistemológico.

Assim, ao valorizar os fragmentos de memória que os Anacé carregam em suas narrativas, este trabalho se alinha à proposta de Ioris (2011), que vê nas histórias contadas pelos indígenas não apenas testemunhos do passado, mas ferramentas de reconstrução identitária e afirmação política. Tal como o *Angelus Novus* de Benjamin, os Anacé contemplam o passado não com lamento, mas com urgência: despertam os mortos, recolhem os fragmentos e os transformam em sementes de futuro. Sua memória, viva no corpo e no canto, relampeja como resistência diante da tempestade do progresso.

Com base nesse arcabouço teórico ampliado, esta pesquisa sustenta a análise do povo Anacé como protagonista de um processo contínuo de afirmação cultural, luta territorial e produção de memória. Um povo que se reinventa não apesar do apagamento, mas por meio dele.

## **6 METODOLOGIA**

A presente pesquisa adotará uma abordagem qualitativa de base etnográfica, com forte ênfase na escuta das narrativas orais e na observação de práticas culturais do povo Anacé. Inspirada em métodos das ciências sociais, a proposta contempla procedimentos de campo e análise documental, promovendo o diálogo entre diferentes formas de produção de conhecimento.

A investigação será conduzida em duas etapas principais:

### **6.1 Pesquisa de Campo**

A primeira etapa envolve visitas às três aldeias principais do povo Anacé: Japuaara, Santa Rosa e a Taba dos Anacé, com ênfase na Grande Aldeia Japuaara. As atividades previstas incluem:

- Realização de entrevistas abertas e semiestruturadas com os troncos velhos e lideranças;
- Observação participante durante vivências e práticas ritualísticas ou comunitárias;

- Registro audiovisual (fotos, vídeos, áudios) com autorização das pessoas envolvidas;
- Consulta aos acervos das comunidades, como documentos antigos, fotografias, objetos culturais e arquivos pessoais.

A escuta sensível e o respeito às dinâmicas e aos tempos da comunidade serão princípios orientadores de toda a atuação em campo. A metodologia valoriza a oralidade como fonte legítima de conhecimento e busca promover uma produção compartilhada de saberes.

## **6.2 Sistematização e Análise**

Na segunda etapa, os dados serão organizados e confrontados com a fundamentação teórica, buscando estabelecer conexões entre as narrativas orais e os documentos oficiais. A análise será guiada por categorias como identidade, território, memória, ancestralidade e resistência, com o objetivo de iluminar os sentidos atribuídos pelos próprios Anacé ao processo de etnogênese e à reorganização sociopolítica do seu povo.

A pesquisa observará critérios éticos fundamentais, como o consentimento livre e esclarecido dos participantes, o reconhecimento da coautoria comunitária no processo investigativo e o compromisso com a devolutiva dos resultados à aldeia.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Potyguara dos Santos. **Reelaboração étnica e novas redes de desenvolvimento no Nordeste brasileiro**: a etnogênese Anacé e os projetos de grande escala da Costa do Pecém (CE). 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BANIWA, Gersem dos Santos. **A gramática das teorias interculturais**: saberes indígenas na escola. Brasília: MEC/SECADI; LACED/Museu Nacional, 2012.
- BANIWA, Gersem dos Santos. **Educação intercultural e epistemologias indígenas**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará**: da etnogênese como processo social e luta simbólica. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1994.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 39–68, 2006.
- BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política. **Obras Escolhidas**, Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112 pp.
- CATROGA, Fernando. **A memória e o tempo histórico**. Coimbra: Almedina, 2015.
- FERNANDES, Renata Sieiro. A memória dos lugares, dos objetos e os guardiões da memória na educação não-formal. **História Oral**, v. 8, n. 2, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- IORIS, Edviges. Fragmentos que fazem diferença: narrativas indígenas na reconstrução do passado e das identidades étnicas. **Antropologia em Primeira Mão**, v. 125. Florianópolis: UFSC, 2011.
- ANDRADE, João T.; SOUSA, Carlos Kleber Saraiva de. Práticas indígenas de cura no Nordeste brasileiro: discutindo políticas públicas e intermedialidade. **Anuário Antropológico**, v. 41, n. 2, p. 179-204, 2016.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, Cristina C.; LUCA, Tania R.; GUIMARÃES, Valéria (org.). **Identidades brasileiras**: composições e recomposições. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 7–29.

*“EU TENHO UM SEGREDO QUE SÓ PERTENCE A DEUS E A NÓS TRÊS!”* Cacique Antônio

MUNDURUKU, Daniel. **O Karaíba: uma história do pré-Brasil**. São Paulo: Callis, 2000.

MURICY, Katia. **Alegorias dialéticas: imagens e pensamento em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Naua Editora, 2009.

NASCIMENTO, Lidiane Alves do; RAMOS, Marilúcia Mendes. A memória dos velhos e a valorização da tradição na literatura africana: algumas leituras. **Crítica Cultural (Critic)**, v. 6, n. 2, p. 453-467, 2011.

NÓBREGA, Luciana Nogueira; BARBOSA, Lia Pinheiro. Uma pedagogia das retomadas: ensinamentos e aprendizagens a partir do povo indígena Anacé. **Revista FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 31, n. 67, p. 248–267, jul./set. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n67.p248-267>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados: os povos indígenas do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 103–120, 1998.

SILVA, Antônio Ferreira da (Cacique). **Resgate histórico do povo Anacé**. Organização: Climério Anacé, Cacique Roberto Anacé, Ronaldo Queiroz Lima. Ilustrações: Cacique Roberto Ytayçaba. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2022.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STUDART, Carlos Pereira. **As tribus indígenas do Ceará**. Ceará: Imprensa Oficial, 1926.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “eticidade” na obra de Fredrik Barth. **Mana**, v. 10, n. 1, p. 165–192, 2004.